

CARLOS ALBERTO GARCETE

HOMICÍDIO

ASPECTOS PENAIS, PROCESSUAIS
PENAI, TRIBUNAL DO JÚRI E
FEMINICÍDIO

De acordo com a
Lei 13.964/2019 (Pacote Anticrime)

- penas privativas de liberdade máxima de 40 anos
- prescrição na pendência de recursos
- arquivamento do inquérito pelo MP
- acordo de não persecução penal
- sistema de progressão de regime
- legitimidade da prisão preventiva

THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS
TRIBUNAI**[™]

Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais
JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo
MILISA CRISTINE ROMERA

Editorial: Aline Marchesi da Silva, Diego Garcia Mendonça, Karolina de Albuquerque Araújo e Quenia Becker

Gerente de Conteúdo Tax: Vanessa Miranda de M. Pereira

Direitos Autorais: Viviane M. C. Carmezim

Assistente de Conteúdo Editorial: Juliana Menezes Drumond

Analista de Projetos: Camilla Dantara Ventura

Estagiários: Alan H. S. Moreira e Bárbara Baraldi Sabino

Produção Editorial
Coordenação

ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES

Especialistas Editoriais: Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Larissa Gonçalves de Moura

Analistas de Operações Editoriais: Caroline Vieira, Damares Regina Felício, Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto e Patrícia Melhado Navarra

Analistas de Qualidade Editorial: Ana Paula Cavalcanti, Fernanda Lessa, Thais Pereira e Victória Menezes Pereira

Designer Editorial: Lucas Kfour

Estagiárias: Maria Carolina Ferreira, Sofia Mattos e Tainá Luz Carvalho

Capa: Linotec

Equipe de Conteúdo Digital
Coordenação

MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO

Analistas: Gabriel George Martins, Jonatan Souza, Maria Cristina Lopes Araujo e Rodrigo Araujo

Gerente de Operações e Produção Gráfica

MAURICIO ALVES MONTE

Analistas de Produção Gráfica: Aline Ferrarezi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno

Estagiária de Produção Gráfica: Ana Paula Evangelista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Garcete, Carlos Alberto

Homicídio : aspectos penais, processuais penais, tribunal do júri e feminicídio / Carlos Alberto Garcete. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2020.

Bibliografia.

ISBN 978-65-5065-130-5

1. Homicídio 2. Processo penal 3. Tribunal do júri 4. Violência contra as mulheres I. Título.

20-33584

CDU-345.8105

Índices para catálogo sistemático:

1. Homicídio : Direito penal 345.8105

Cibele Maria Dias – Bibliotecária – CRB-8/9427

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	5
EPIGRAFE.....	7
APRESENTAÇÃO.....	9

PARTE I

PARTE GERAL E ESPECIAL

1. ASPECTOS PENAIS.....	21
1.1 Introito.....	21
2. EVOLUÇÃO E ESCOLAS DO DIREITO PENAL.....	23
2.1 Escolas penais.....	28
2.2 Escola clássica penal.....	28
2.3 Escola criminal positiva.....	30
2.4 Terza Escola.....	32
2.5 Escola neoclássica.....	32
2.6 Escola Correccionalista.....	32
2.7 Teoria da defesa social.....	33
2.8 Escola de Frankfurt.....	33
2.9 Direito penal no Brasil.....	34
3. TEORIAS PENAIS SOBRE CONDUTA.....	36
3.1 Introdução.....	36
3.2 Conduta humana.....	37
3.3 Principais teorias do direito penal sobre a conduta.....	38
3.3.1 Teoria natural ou causal da ação.....	38

3.3.2	Teoria neoclássica de conduta ou causal-neokantiano	41
3.3.3	Teoria finalista da ação.....	42
3.3.4	Teoria constitucionalista.....	44
4.	HOMICÍDIO DOLOSO.....	47
4.1	Origem.....	47
4.2	Direito penal na história brasileira.....	49
4.3	Atualidade.....	50
4.4	Natureza jurídica do crime de homicídio doloso	51
4.5	Homicídio simples.....	51
4.6	Classificação.....	54
4.7	Sanção penal	56
4.8	Direito comparado	58
4.9	Tipos de dolo	60
4.9.1	Dolo direto.....	60
4.9.2	Dolo indireto	61
4.9.3	Exigência de dolo nas qualificadoras do crime de homicídio doloso	62
4.9.3.1	Dos crimes comissivos dolosos	62
4.9.3.2	Dolo nas qualificadoras.....	64
4.9.3.3	Aspectos processuais referentes às qualificadoras do crime de homicídio doloso.....	65
4.9.3.4	Conclusão.....	67
4.9.4	Dolo eventual.....	68
4.9.5	Dolo eventual e incompatibilidade com qualificadoras.....	70
4.10	Legítima defesa	72
4.10.1	Legítima defesa ao homicídio doloso	72
4.10.2	Elementos da legítima defesa.....	74
4.10.3	Sobre a agressão.....	74
4.10.4	Sobre a reação do agente.....	74
4.10.5	Sobre a vontade do agente	74

4.10.6	Ânimo de defesa	74
4.10.7	Agressão injusta.....	75
4.10.8	Agressão atual ou iminente	76
4.10.9	Violação de direito seu ou de outrem	77
4.10.10	Utilização de meios necessários.....	77
4.10.11	Moderação	78
4.10.12	Legítima defesa especial do agente de segurança pública.....	80
5.	HOMICÍDIO PRIVILEGIADO.....	82
5.1	Homicídio privilegiado (<i>homicidium privilegiatum</i>).....	82
5.2	Natureza jurídica	82
5.3	Relevante valor social	83
5.4	Relevante valor moral	83
5.5	Domínio de violenta emoção (homicídio emocional)	83
6.	HOMICÍDIO QUALIFICADO	87
6.1	Introito.....	87
6.2	Qualificadoras (Código Penal, artigo 121, § 2º).....	91
6.2.1	Qualificadoras subjetivas de motivo (paga, promessa de recompensa, torpe, fútil)	91
6.2.1.1	Mediante paga	91
6.2.1.2	Mediante promessa de recompensa.....	92
6.2.1.3	Motivo torpe.....	93
6.2.1.4	Motivo fútil	94
6.2.2	Qualificadoras objetivas de meio (veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura ou outro meio insidioso ou cruel)	98
6.2.2.1	Veneno.....	99
6.2.2.2	Fogo	99
6.2.2.3	Explosivo.....	100
6.2.2.4	Asfixia.....	101
6.2.2.5	Tortura.....	102

6.2.2.6	Crueldade	103
6.2.2.7	Perigo comum	105
6.2.3	Qualificadoras objetivas de modo (traição, emboscada, dissimulação ou outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa da vítima).....	105
6.2.3.1	Traição	106
6.2.3.2	Emboscada	106
6.2.3.3	Dissimulação	106
6.2.3.4	Recurso que impossibilita ou dificulta a defesa da vítima	106
6.2.3.4.1	Atingir a vítima nas costas e pelas costas	108
6.2.4	Qualificadoras de finalidade (assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou vantagem de outro crime).....	109
6.2.4.1	Assegurar execução de outro crime	110
6.2.4.2	Assegurar ocultação de outro crime.....	110
6.2.4.3	Assegurar a impunidade de outro crime	111
6.2.4.4	Assegurar a vantagem de outro crime	111
6.2.5	Qualificadora funcional	111
6.2.6	Qualificadora etária (Código Penal, artigo 121, § 4º, parte final)	112
7.	FEMINICÍDIO	113
7.1	Causas de aumento do feminicídio (Código Penal, artigo 121, § 7º).....	123
7.1.1	Vítima gestante ou em pós-parto (Código Penal, artigo 121, § 7º, I).....	124
7.1.2	Vítima menor de 14 anos de idade, idosa com deficiência (Código Penal, artigo 121, § 7º, II).....	124
7.1.3	Na presença de descendente ou de ascendente da vítima (Código Penal, artigo 121, § 7º, III).....	124
7.2	Descumprimento de medidas protetivas de urgência (Código Penal, artigo 121, § 7º, IV).....	125
7.3	Compatibilidade da qualificadora do feminicídio com as qualificadoras de motivo	125

8. MILÍCIA PRIVADA (CÓDIGO PENAL, ARTIGO 121, § 6º).....	127
9. ASPECTOS PROCESSUAIS REFERENTES ÀS QUALIFICADORAS DO CRIME DE HOMICÍDIO DOLOSO	129
10. HOMICÍDIO PRIVILEGIADO-QUALIFICADO.....	132
11. CRIME DE HOMICÍDIO CULPOSO NA DIREÇÃO DE VEÍCULO	133
11.1 Delito de <i>racha qualificado</i> . Artigo 308, § 2º, do Código de Trânsito Brasileiro. Antinomia (aparente)	137
11.2 Reforma legislativa incluída pela Lei Federal n. 13.546/2017	140
12. CRIME DE HOMICÍDIO PRATICADO CONTRA A SEGURANÇA NACIONAL, A ORDEM POLÍTICA E SOCIAL	142
13. CRIME DE HOMICÍDIO E ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA	146

PARTE II

ASPECTOS PROCESSUAIS PENAIIS DO TRIBUNAL DO JÚRI

14. BREVE HISTÓRIA DO TRIBUNAL DO JÚRI	151
15. A INFLUÊNCIA DA LÓGICA (JURÍDICA) NO TRIBUNAL DO JÚRI	164
16. PROCEDIMENTO ATUAL DO TRIBUNAL DO JÚRI	176
16.1 Fase de investigação preliminar. Lei n. 13.964/2019 (Pacote Anticrime).....	176
16.1.1 Cadeia de custódia.....	178
16.1.2 Prazo de conclusão do inquérito policial e arquivamento.....	179
16.1.3 Juiz de garantias.....	180
16.1.4 Varas colegiadas.....	194
16.2 Fase de recebimento da denúncia.....	195
16.3 Fase de instrução preliminar do tribunal do júri.....	200
16.3.1 Ofendido e testemunhas.....	201
16.3.2 Interrogatório	202

16.3.3	Aleagações finais.....	208
16.3.4	Da pronúncia, da impronúncia e da absolvição sumária.....	210
16.3.4.1	Pronúncia	210
16.3.4.1.1	Tribunal do júri, pronúncia e falácia do <i>in dubio pro societate</i>	221
16.3.4.1.2	Introito.....	221
16.3.4.1.3	O rito especial do tribunal do júri e o <i>in dubio pro societate</i>	222
16.3.4.1.4	A falácia do (pseudo) princípio <i>in dubio pro societate</i> como fundamento para justificar a pronúncia do acusado: teoria geral da prova no processo penal	223
16.3.4.1.5	O julgamento de Veneza.....	227
16.3.4.1.6	Decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a inexistência do <i>in dubio pro societate</i> em rito de tribunal do júri	228
16.3.4.1.7	Homicídio e porte ilegal de arma de fogo. Consunção?	229
16.3.5	Impronúncia	231
16.3.6	Absolvição sumária.....	234
16.3.7	Ampliação subjetiva de relação jurídico-processual.....	238
16.3.8	<i>Emendatio libelli</i>	238
16.3.9	Desclassificação	240
16.4	Fase do <i>iudicium causae</i>	243
16.4.1	Do desaforamento.....	247
16.4.2	Jurados – organização da pauta	249
16.4.2.1	Organização da pauta	261
16.4.2.2	Da reunião e das sessões do tribunal do júri.....	264
16.4.2.3	Ausência de membro do Ministério Público	267
16.4.2.4	Ausência de defensor do acusado.....	268
16.4.2.5	Ausência do acusado	268
16.4.2.6	Ausência de testemunhas ou vítima arroladas	269

16.5 Fase de instrução plenária	276
16.6 Fase de debates	282
16.7 Fase de julgamento	293
16.7.1 Da sentença.....	303
16.7.2 Atribuições do presidente do tribunal do júri	309
17. COLABORAÇÃO PREMIADA NO TRIBUNAL DO JÚRI.....	315
18. RECURSOS NO TRIBUNAL DO JÚRI.....	318
PARTE III	
QUESTIONÁRIOS SOBRE HOMICÍDIO - TRIBUNAL DO JÚRI	327
REFERÊNCIAS.....	359